

## **Um diálogo entre o principado de Saul e O Príncipe de Maquiavel A dialogue between Saul's principality and Machiavelli's The Prince**

**Ygor Lebrank de Melo  
Lucas Alamino Iglesias Martins**

**RESUMO:** Ao longo do tempo, grande parte dos estudiosos da Bíblia Hebraica tem afirmado que o principal motivo da queda do reinado de Saul foi sua desobediência (1Sm 13:13-14). Contudo, até o fatídico discurso do profeta Samuel em Gilgal, após claros momentos de desobediência, Saul ainda reinava. Saul havia sido incumbido da missão de livrar Israel de seus inimigos (1Sm 9:16) e para tamanha façanha, deveria estabelecer um principado constante de guerra e sangue. Ao olharmos para a literatura moderna, um dos livros que dialoga com a mentalidade do exercício do poder político e a manutenção do Estado é a obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*. O livro descreve os métodos que o príncipe pode e deve utilizar para perpetuar-se no poder, em busca da sua própria glória e do seu reinado. Desse modo, o presente estudo, por meio da intertextualidade sincrônica, propõe um diálogo entre a narrativa bíblica do principado de Saul em Israel com a instigante obra política, *O Príncipe*. Para tanto, mobilizaram-se retrospectivamente as categorias maquiavélicas de liberalidade e parcimônia, crueldade e piedade, e a honra da palavra dada, para interrogar a trajetória do monarca bíblico. Nesse exercício, suspende-se o contexto histórico estrito para iluminar as dinâmicas ocidentais de poder e liderança.

**Palavras-chave:** 1. Intertextualidade 2. Saul 3. Maquiavel 4. Principado 5. Narrativa Bíblica.

**ABSTRACT:** Over time, most scholars of the Hebrew Bible have maintained that the main reason for the downfall of Saul's reign was his disobedience (1 Sam. 13:13-14). However, even after clear instances of disobedience, Saul still reigned until the fateful speech by the prophet Samuel at Gilgal. Saul had been entrusted with the mission of delivering Israel from its enemies (1 Sam. 9:16), and to accomplish such a feat, he was to establish a principality marked by constant war and bloodshed. When we look at modern literature, one of the books that addresses the mindset of exercising political power and maintaining the state is Niccolò Machiavelli's *The Prince*. The book describes the methods that the prince can and must use to perpetuate himself in power, in pursuit of his own glory and his reign. Thus, this study, through synchronic intertextuality, proposes a dialogue between the biblical narrative of Saul's reign in Israel and the thought-provoking political work, *The Prince*. To this end, the Machiavellian categories of generosity and frugality, cruelty and mercy, and the honor of one's word were retrospectively invoked to examine the biblical monarch's trajectory. In this exercise, the strict historical context is set aside to shed light on Western dynamics of power and leadership.

**Keywords:** 1. Intertextuality 2. Saul 3. Machiavelli 4. Principate 5. Biblical Narrative.

### **Introdução**

O historiador e filósofo político italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), considerado um dos grandes pensadores da modernidade, teorizou em Florença um sistema político eficiente e soberano, capaz de suportar qualquer ameaça estrangeira. Em seu empenho desafiador, sua obra principal *Dos Principados* ou *O Príncipe* (escrita em 1513 e publicada em 1532), destinada a Lourenço II de Médici, sobrinho de Lourenço o "Magnífico"; apresentava os princípios nos quais o governante deveria se basear para conquistar e manter-se no poder do Estado (Larivaille, 1988). A recepção do *Príncipe* por seus leitores desenvolveu-se de modo, que o material iria a princípio "[...] percorrer um caminho, aparentemente

calmo, até o ano de 1559, quando Paulo IV, no decorrer dos trabalhos do Concílio de Trento, o inclui no *Index Librorum Prohibitorum*” (Cortina, 2000, p. 166). A partir desse marco, a obra do secretário florentino foi polemizada e condenada pela tradição cristã<sup>1</sup>. Maquiavel, como pensador político e crítico de tradição humanista e renascentista, não via na moralidade e nas virtudes cristãs a superação do homem. Para ele, o desejo humano observável e refletido na história é insaciável e essencialmente egoísta, de modo que o anseio pela vida coletiva – política – nasce indubitavelmente da necessidade de se proteger (Freitas, 2015).

Nesse contexto, portanto, para alcançar seu objetivo como filósofo político, o italiano dialogou com uma tradição cristã mais positiva e honrada, mas de forma crítica e antagônica. Havia naquela época e cultura um gesto comum e de bom gosto de dar presentes aos príncipes, em forma de conselhos ou através de livros e manuais, que continham em seu enredo aconselhamentos íntegros e virtuosos. Assim, através de uma boa índole, os príncipes tornavam-se capacitados para serem bons regentes do Estado. Essa prática ia na mesma direção da tradição cristã. Este costume medievo, conhecido como “espelho dos príncipes”, foi reformulado por Maquiavel, ao introduzir críticas inovadoras à ética cristã vigente. A título de exemplo, o príncipe, na literatura de Maquiavel, deveria ser inabalável e dissimulador, uma figura em constante movimento em sua “aparência” e um líder militar efetivo, assumindo protagonismo ao contrariar as expectativas de um regente honesto e pacifista (Skinner, 1996). Em seu arrazoamento, Souza (2003, p. 12) nota que, “Apesar do ‘invólucro tradicional’, o livro não tem nada dos antigos manuais”.

Por outro lado, apesar das pontuais críticas à tradição religiosa, o universo teológico cristão não é inteiramente menosprezado na obra de Maquiavel. O autor, como escritor, utiliza recursos linguísticos, como por exemplo, a “argumentação pela ilustração”<sup>2</sup>, que se estende por quase todo o texto (Cortina, 2000), e nestas ilustrações e analogias o autor também se vale de personagens históricos da Bíblia

---

<sup>1</sup>De acordo com Cortina (2000, p. 166), devido à condenação moral da obra, os termos “maquiavelismo” e “maquiavélico”, surgem como sinônimos de “ardil, maledicência”.

<sup>2</sup>O presente artigo reconhece a complexidade dos recursos literários da obra *O Príncipe*; portanto, não pretende definir o seu gênero textual. De modo que, tomaremos como base a afirmação de Cortina (2000, p. 147) “[...] conquanto seja visto como um texto filosófico, político, literário, um manual, ou qualquer outra denominação que se pretenda dar a ele, assenta-se sobre uma base temática, valendo-se da estrutura da dissertação para argumentar seus pontos de vista.”

Hebraica<sup>3</sup>, para alcançar uma regra ou princípio geral do que fazer ou não fazer como príncipe. É notório também, no capítulo *XXVII* de *O Príncipe*, a responsabilidade e submissão à exortação que o príncipe deve ter para com a figura divina, para que possa, como Moisés ou como Ciro, evocar a redenção divina para o seu Estado<sup>4</sup>. Maquiavel, diferentemente dos escritores modernos idealistas, propõe uma política com base no aprendizado da história (Fichte, 2012), considerando os feitos de grandes governantes e até de personagens da Bíblia.

Um emblemático motivo bíblico que é discutido em *O Príncipe* se encontra no cap. *XIII*, no qual o secretário florentino faz menção ao episódio de Saul e Davi, e à ameaça do exército filisteu e de Golias. Maquiavel discorre sobre o incentivo de um principado valer-se de suas próprias armas. No episódio pinçado, o rei Saul oferece suas armas a um inesperado e valente jovem chamado Davi, que, desajeitado com elas, resolve utilizar suas “próprias” armas. O conselho final do pensador é claro: “[...] as armas de outros ou caem ou pesam demasiado ou tolhem o movimento” (Maquiavel, 2010, p. 93). Dessarte, é evidenciado que na literatura maquiavélica a narrativa teológica-cristã insere-se como um elemento imagético.

Nesse sentido, o diálogo comparativo entre as duas obras literárias em questão se ancora também na relação existente entre a literatura ocidental e a bíblica. De acordo com o crítico literário Northrop Frye (2021), a Bíblia possui um efeito de ressonância, que apesar de ser um enunciado para um contexto específico, ela assume proporções universais. Frye (2021) propõe que a Bíblia contém graus de poder e autoridade na literatura – se tornando um elemento essencial da nossa tradição imaginativa ocidental pelo efeito de ressonância mítica no mundo. Desse modo, a Bíblia pode assumir o protagonismo como *mythos*<sup>5</sup> fundador. Para sustentar seu pensamento, o autor sugere uma síntese mitológica comum:

---

<sup>3</sup>No capítulo *VI* de *O Príncipe*, Maquiavel faz menção a Moisés e sua virtude, sendo um porta-voz divino e merecedor da graça de falar com Deus (não sendo a única citação sobre Moisés).

<sup>4</sup>Na abordagem de *O Príncipe*, o escritor florentino trata sobre o principado dos Médici e o estado da Itália (do século XVI) que estava mergulhado num cenário caótico de conflitos territoriais (Lucchese, 2015).

<sup>5</sup>O *mythos* pode ser considerado um enredo e narrativa de aspectos paralelos. Frye (2021, p. 68-71) descreve o mito como uma história ou estória, para ele o “[...] sentido primário que demos a “mito” como uma sequência de palavras, a estrutura mítica ou narrativa continuará existindo, haja nela, como se costuma dizer, alguma “verdade” ou não.”

O homem não vive nu ou em contato direto com a natureza, como os animais, mas sim inserido num universo mitológico, num corpo de suposições e crenças derivadas dos seus questionamentos existenciais. [...] Praticamente tudo o que podemos ver deste conjunto de temas é socialmente condicionado e culturalmente herdado. Sob a herança cultural deve haver uma herança psicológica comum; de outro modo, formas de cultura e imaginação estranhas às nossas tradições não nos seriam inteligíveis (Frye, 2021, p. 19).

Devido a essa herança psicológica-cultural, a literatura ocidental manifesta referências da literatura bíblica (perceptíveis na literatura política de Maquiavel). Um dos elementos sondáveis no universo teológico da literatura, portanto, é a análise profunda da ação humana<sup>6</sup>, isto é, em um dos seus níveis de ação: o ser político. Em consonante pensamento, Manzatto (2016, p. 10) salienta que:

Já se disse em outros lugares que o ponto de diálogo entre teologia e literatura, o terreno comum estendido entre elas é o humano ou, em vocabulário próprio, o antropológico. O interesse de uma e de outra, da literatura e da teologia, é o conhecimento, a afirmação e a compreensão do que significa ser humano no mundo. [...] Por sua preocupação e envolvimento com o humano, a literatura não esquece a dimensão religiosa simplesmente porque esta é uma situação de humanidade. Daí as referências ao absoluto, a Deus ou ao sagrado presente em seus textos, em prosa e verso. Não se trata de necessariamente afirmar verdades doutrinárias, no sentido de se comportar como veículo de transmissão de uma mensagem, mas sim de situar o humano em sua vida com referências a comportamentos, práticas e crenças religiosas que são, elas, componentes do existir humano.

Introduzido o diálogo entre a literatura ocidental e a Bíblia, esta pesquisa irrompe numa discussão que transcende a política em torno do príncipe maquiavélico, Saul. Em *Arte da Narrativa Bíblica*, Robert Alter (2007, p. 180) observa no texto bíblico a consolidação do propósito sanguinário no coração de Saul para com Davi, indicando “[...] uma transparência nos esforços de Saul como

---

<sup>6</sup>Numa perspectiva mais individual da relação entre a teologia e literatura, Jasper (1992, p. 138) conclui seu livro *The Study of Literature and Religion*, afirmando que, “In literature we glimpse, at times, the fulfilment of our nature, cast in the imaginative genius of great art, and continuing to persuade us of the value and ultimate truth of the theological enterprise as a seeking for utterance of the divine mystery as it is known and felt in our experience.”

um conspirador maquiavélico<sup>7</sup>: ele é uma figura simples, dado a investidas canhestras e não a golpes habilidosos, e talvez por isso mesmo não seja *político* o suficiente para conservar o trono.” Tendo em vista o comentário auspicioso sobre o monarca e o fato de que Alter utiliza o epônimo de Maquiavel na caracterização do príncipe israelita, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de investigar as convergências e divergências entre os atos políticos de Saul e os preceitos políticos contidos na obra *O Príncipe*, do escritor florentino. A investigação justifica-se pelo fato de que tanto o personagem bíblico quanto o príncipe idealizado por Maquiavel lidam com a realidade da ação humana (política), a natureza do poder e as implicações de sua manutenção. Nota-se, ainda, que o enredo central da narrativa bíblica da história de Saul é a disputa contínua pelo poder, manifesta no embate que se dá entre o primeiro monarca e Davi – ambos com séquitos leais e ambos reivindicando a unção divina. Embora a narrativa, desde o começo, favoreça Davi, que por fim emerge triunfante, não é sem resistência que Saul se empenha na salvaguarda da sua autoridade como rei (Brueggemann, 2012, p. 167).

Deste modo, as características principescas que o pensador italiano apontou serem essenciais para um principado triunfante são identificadas, segundo Skinner (1996), como sendo: 1) liberalidade e da parcimônia; 2) da crueldade e da piedade (temido ou amado); e, 3) de como o príncipe deve honrar sua palavra – foram mobilizadas, no presente estudo, retrospectivamente para interrogar a narrativa de Saul. Esse movimento analítico utilizou-se das categorias maquiavélicas como balizas para revisitar o texto bíblico, permitindo desvelar camadas de significado que enriquecem a compreensão da tragédia do primeiro monarca de Israel e das exigências cruas, e por vezes sangrentas, do exercício do poder.

Para tanto, o artigo apresenta uma análise comparativa intertextual entre a narrativa bíblica de Saul e *O Príncipe* de Maquiavel. Esse exercício hermenêutico reconhece o risco do anacronismo, dada a vasta distância temporal e conceitual entre as obras, mas articula esse diálogo com o intuito de trazer novos horizontes de sentido para a narrativa de Saul. A obra de Maquiavel, embora concebida

---

<sup>7</sup> Embora Alter não explicita as razões para a utilização do epônimo de Maquiavel, depreende-se que o autor associa o termo "maquiavélico" àquele que pauta suas ações segundo os preceitos de pragmatismo e manutenção do poder delineados pelo escritor florentino, distanciando-se da acepção do senso comum, que o define como aquele que age de forma "maldosa" ou toma atitudes imorais.

primordialmente como um manual político e não estritamente literário, oferece discussões essenciais sobre a natureza humana, a guerra e as dimensões do principado. Esses tópicos permitem e legitimam o paralelismo com o texto bíblico em questão. Assim, ao friccionar a narrativa bíblica<sup>8</sup> com o tratado filosófico-político de Maquiavel, o estudo não ignora o contexto histórico dos textos, mas os suspende para iluminar as dinâmicas ocidentais de poder e liderança presentes na ascensão e queda do primeiro rei de Israel.

Diante disso, o presente estudo adota uma abordagem sincrônica da narrativa bíblica, privilegiando o texto em sua forma final, tal como recebido pela tradição. Nesse sentido, não se busca reconstruir camadas redacionais ou processos históricos de composição, mas analisar o texto enquanto unidade literária coerente, dotada de intencionalidade narrativa própria. Tal perspectiva se alinha à proposta de Alter, para quem a narrativa bíblica deve ser compreendida como arte literária sofisticada, cuja construção formal (enredo, caracterização e repetições) é fundamental para a produção de sentido (Alter, 2007).

A partir dessa orientação, o artigo se vale de uma leitura intertextual de caráter sincrônico, estabelecendo um diálogo entre a narrativa de Saul e a obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Diferentemente de abordagens diacrônicas, que investigariam possíveis influências históricas ou relações de dependência entre os textos, a presente análise opera por justaposição interpretativa, colocando em tensão dois universos textuais distintos para evidenciar convergências e contrastes no tratamento do poder político. Tal procedimento encontra respaldo em concepções mais abertas de literatura comparada, como a de Benedetto Croce, que admite a comparação como exercício crítico legítimo, mesmo na ausência de vínculos históricos diretos entre as obras (Croce, 1997).

Nesse horizonte, a intertextualidade não é entendida como relação genética entre textos, mas como campo de ressonâncias interpretativas. Conforme propõe Frye, a literatura constitui um sistema simbólico capaz de atravessar contextos históricos distintos, oferecendo estruturas narrativas e imaginativas que podem ser reativadas em novas leituras (Frye, 2021). Assim, ao colocar Saul em diálogo com categorias maquiavélicas, o estudo não pretende sugerir influência,

---

<sup>8</sup> A versão bíblica utilizada é a Nova Almeida Atualizada (NAA).

mas explorar possibilidades hermenêuticas que emergem da aproximação entre diferentes tradições discursivas.

Por fim, a análise desenvolvida mobiliza categorias conceituais extraídas de *O Príncipe* (como liberalidade e parcimônia, crueldade e piedade, e a questão da palavra empenhada) como instrumentos heurísticos para a leitura da narrativa bíblica. Trata-se, portanto, de um procedimento interpretativo que assume conscientemente o risco do anacronismo, não como falha metodológica, mas como estratégia crítica voltada à ampliação dos horizontes de sentido do texto, permitindo evidenciar dimensões políticas e antropológicas da figura de Saul que permanecem latentes em uma leitura exclusivamente histórico-contextual.

### **Da liberalidade e da parcimônia**

Dentre todas as coisas, um príncipe deve acima de tudo evitar ser desprezado ou odiado - e a liberalidade conduz a ambas. Portanto, é mais prudente conservar o nome de miserável, do qual nasce uma infâmia sem ódio, que, por perseguir a fama de liberal, precisar incorrer na pecha de rapace, que produz uma infâmia com ódio (Maquiavel, 2010, p. 101).

Para Maquiavel, segundo Skinner (1996), as virtudes do príncipe (a partir do cap. XV) são introduzidas de forma heterodoxa, contrariando as expectativas do *espelho dos príncipes*. De prontidão, o pensador florentino reconhece que o governante poderia possuir boas qualidades. Contudo, esclarecido o modo de se viver (o ideal) e como de fato se vive (o real), ele propõe como fito final do governante a autoconservação. Dessa forma, o príncipe pode recorrer aos vícios antes condenados pela cristandade, como por exemplo: lascividade, avareza, soberba, e até a fama de miserável (Maquiavel, 2010, p. 99–101), se as circunstâncias exigirem. Diante dessa regra maquiavélica, a narrativa bíblica nos apresenta ensejos para analisar algumas atitudes do monarca benjamita.



Atentando-se às definições de Maquiavel sobre principados, destacamos os limitadores para as atitudes reais<sup>9</sup>. Por exemplo, o principado novo<sup>10</sup>, que é conquistado pela *fortuna*<sup>11</sup>, segundo o florentino, encontrará dificuldades após a posse<sup>12</sup>. Não obstante, na narrativa bíblica o arquétipo de monarquia em Israel tinha um caráter teocrático, onde o principado novo atenderia as demandas estabelecidas a partir da relação entre Deus e o rei. Assim, as ações reais deveriam corresponder unicamente às estipulações divinas, de onde provinha a autoridade e “limitações” do monarca. A relação do político com a religião é estreita, dado que em Israel o rei se aconselhava com o profeta, uma vez que este agia e falava em nome do Deus Supremo.

Neste prisma particular em Israel, “O rei, por sua parte, não tem a ambição de influenciar profundamente o mundo das idéias religiosas ou do culto; o que de verdade lhe preocupa é utilizar a religião como instrumento de governo”, como sugere Eichrodt (2004. p. 392). Na limitação de sua jurisdição, Saul como rei, seria capacitado pelo espírito do Senhor a agir de maneira poderosa em favor do povo, entretanto, o ungido de Deus, permaneceria sob constante vigilância e orientação

---

<sup>9</sup>É interessante notar que o primeiro título atribuído a Saul em 1Sm 9:16, segundo os comentaristas bíblicos, é *nagîd* (príncipe) e não *melek* (rei); que poderia significar além de um “rei-eleito”, que ainda não foi nomeado, um líder carismático com um propósito específico; sem conotação hereditária. Por outro lado, Carson *et al.*, (2009, p. 466) ressaltam que esse título provisório de Saul significa “rei nomeado”, e somente o acompanhará até a sua oficialização na cerimônia em Mispa (1Sm 10). Logo, na sequência (1Sm 11), prova ser digno do título de regente-comandante militar, também incluso na semântica do termo *nagîd*. Para mais informações, ver a breve discussão apresentada por Tsumura (2006, p. 274–275). Ademais, o léxico hebraico Brown-Driver-Briggs (1996) define como: líder, governante ou príncipe. Disponível em: <https://biblehub.com/bdb/5057.htm>. Acesso em 15 fev. 2026.

<sup>10</sup>Israel não segue a lógica do principado eclesiástico (cap. XI de *O Príncipe*), apesar da liderança e seleção divina. Deus dá liberdade para o governante, a ponto de permitir sua ascensão ou declínio. Em 1Sm 9 e 11, fica claro o chamado divino para o principado israelita que seria de luta e sangue, onde o governante deveria prezar pela unificação de Israel e ainda combater as nações inimigas (Wiersbe, 2006; Carson; *et. al*, 2009).

<sup>11</sup>De acordo com Souza (2003, p. 17–18) a *fortuna* maquiavélica é herdada da tradição romana, uma força impetuosa que não pode ser subjugada e contrariada por completo.

<sup>12</sup>As dificuldades de um principado novo, para Maquiavel, posicionam o príncipe como um agente que deve aproveitar-se da sorte, mas uma vez no poder, seus esforços não podem mais depender dela. Ao continuar dependendo da sorte, ou dos sentimentos de quem o elege, o governante pode fracassar. Na narrativa bíblica, Saul, como um príncipe novo, escolhido em razão de outros (1Sm 9:16,17; 10:1), não poderia conduzir ou intimidar o povo segundo seus critérios. Há de se notar, que Deus o “escolhe” a pedido do povo (8:5,6; 10:24; 12:12,13). Devido a isso, manter sua posição se condicionava a obedecer a Deus e não ao povo (12:14,15). Nem sempre, o rei obediente ao Senhor agradaria os desejos do povo.



do profeta para que como governante terreno, não usurpasse o lugar do Senhor como autoridade soberana da casa de Israel (Birch, *et al.*, 2005).

No caso de Saul, a “sorte” (que faz a vez da *fortuna*) e a coroação florescem através de sua primeira performance bélica (1Sm 11). Em outras palavras, ele precisava ser testado e foi aprovado com honras (Edelman, 1991, p. 59). Todavia, lembramos que sua permanência como estadista de sucesso dependia em parte da subserviência às palavras do profeta de YHWH (Brice, *et al.* 2005; Carson, *et al.*, 2009; Eichrodt, 2004; Waltek, 2015). Saul era um *nagîd* e, portanto, deveria exercer o poder político em uma função específica, a qual foi designada por Deus (Alter, 2013). Nessa encruzilhada de responsabilidades, o inexperiente rei tinha suas próprias vontades, na condução dos negócios do povo. É interessante notar a ação empreendida por Saul em uma tentativa de unificação dos israelitas, quando convocou todas as tribos para saírem ao encontro dos amonitas em 1Sm 11:7:

Pegou uma junta de bois, cortou-os em pedaços e os enviou a todo o território de Israel por meio de mensageiros que dissessem: — Assim se fará com os bois de todo aquele que não seguir Saul e Samuel. Então o temor do Senhor caiu sobre o povo, e saíram como se fossem um só homem.

Nessa façanha, o príncipe israelita se apropria da religião (na figura do profeta) para instigar a vontade do exército – como aconselha Maquiavel. Dessa maneira, o benjamita desperta, também, uma personalidade real ao se preocupar mais com o povo do que consigo mesmo. Ele tornou-se possuidor do “Espírito de *Yahweh*”, segundo a análise psicológica de Sanford (1985, p. 30). Contudo, apesar dessa conquista, Saul demonstra uma fraqueza interna que o afetará. Czovek (2000 p. 180 e 181) considera o israelita como um rei relutante, pois demonstra insegurança em sua capacidade de liderança desde o início da sua trajetória (9:21; 10:22), e somente através do “Espírito de *YHWH*” ele se torna um líder militar efetivo.

No episódio narrado em 1Sm 15, que envolve Saul e os despojos imolados “indesejados” pelo Senhor, encontramos uma certa liberalidade do príncipe israelita. O verso 24 indica que Saul é pressionado pelo povo para preservar e

oferecer sacrifícios dos melhores bens dos amalequitas (15:15), ao que ele concede. Coincidentemente, Maquiavel (2010, p. 100) em seu princípio deduz, que “[...] o príncipe que conduz exércitos, que se nutre de butins, de saques e de recompensas, que lida com o bem alheio, precisa ser liberal: do contrário, não seria seguido pelos soldados.” Há de se notar, que a flexibilidade dessa *virtú*<sup>13</sup> para o secretário florentino, tem de ser aberta. Agir, ponderando o bem-estar do Estado. Para ele, o príncipe está acima da moral individual, pois é possuidor da Providência e do divino direito de majestade ao servir “[...] uma ordem ética superior, cujo conteúdo material está contido nas palavras: *Salus et decus Populi suprema lex esto*<sup>14</sup>”, como pondera Fichte (2012, p. 49). Entretanto, a liberalidade como qualidade principal em detrimento da parcimônia, na perspectiva maquiavélica, pode ser errônea; o príncipe poderá em algum momento recorrer à infâmia de rapinador (Andrade, 2010).

A prudência, portanto, caminha ao lado daqueles que são considerados “miseráveis”, pois além da arrecadação dos tributos, prezam pela segurança do Estado (Maquiavel, 2010). Ao relacionarmos o conceito maquiavélico à ação tomada por Saul, destacamos dois pontos. O primeiro, diz respeito à ausência de um sistema tributário, como observa Gottwald (1988, p. 234), “Não há sinal algum de que ele tivesse montado um aparato de estado para taxar ou alistar potencial humano ou para cobrar tributo dos povos conquistados”. Neste caso específico, a ordem divina prescrevia a morte e destruição total dos inimigos e seus bens, como que apontando *YHWH* como o verdadeiro “despojo” para as tribos. O segundo ponto recai sobre o fracasso de Saul em desempenhar sua missão de forma prudente e obediente ao seu Deus, mesmo que fosse considerado “miserável” aos olhos de seus exércitos (15:9,24). O reconhecimento da sentença divina contra os amalequitas (destruição total) seria substancialmente favorável à condição da permanente realeza de Saul; logo, a sua fraqueza como rei foi exposta. Para Brueggemann (1997, p. 370) há aqui uma tensão narrativa: embora Saul seja um homem honrado e honesto, o texto não apresenta uma atitude de tolerância quanto

---

<sup>13</sup>Para Maquiavel, como explica Skinner (1996, p. 159), a *virtú* é todo o conjunto de qualidades que o príncipe possui e deve nutrir para manter-se como governante do Estado. E se não possuidor das qualidades, o príncipe deve aparentar possuí-las.

<sup>14</sup>“Que o bem-estar e a dignidade do povo sejam a lei suprema” (trad. de Rubens R. T. Filho).

ao seu arrependimento. Parece existir, por outro lado, uma certa pressa na substituição desse líder por Davi.

A ideia de persuasão e força para liderar um povo, pondera Maquiavel (2010 p. 64), advém da natureza inconstante dos povos, “sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas difícil mantê-los nessa persuasão; portanto convém estar preparado para convencê-los pela força, quando já não estiverem convencidos de si mesmos”. Dessa maneira, aqueles que tiveram êxito em realizar grandes feitos, como “Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo”, contaram com sua própria “força” para lidar com o povo. Ao construir um monumento de vitória em sua própria honra (15:12), Saul enfraqueceu o seu propósito como unificador e representante da vontade de Deus para com o povo, “[...]mas quando Saul agiu por conta própria, ele deu um passo para fora da psicologia coletiva de seu povo e em direção à sua própria individuação. Sem querer, Saul tomou uma decisão individual e alcançou a consciência individual<sup>15</sup>”, observa Sanford (1985, p. 49). O ímpeto íntimo do benjamita não conseguiu superar as petições gananciosas do povo, cedendo à liberalidade proibida. Saul não foi capaz de reconhecer o ignorante pedido de seus súditos, ao optar pela autoconservação diante do povo, deixou de impor sua própria realza e tão pouco utilizar das “leis” determinadas por Deus, para liderar o povo sabiamente. Saul, ironicamente, se tornou rei por “causa da voz do povo”, no entanto, é rejeitado da posição porque escolhe anuir a causa da voz do povo (Tsumura, 2006, p. 387).

### **Da crueldade e da piedade**

Daí nasce uma controvérsia, qual seja: se é melhor ser amado ou temido. Pode-se responder que todos gostariam de ser ambas as coisas; porém como é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido que amado, caso venha a faltar uma das duas (Maquiavel, 2010, p. 102).

O segundo princípio maquiavélico reconhece que a piedade é uma qualidade virtuosa e que não deve ser abandonada, entretanto, o filósofo político

---

<sup>15</sup> Texto original: “[...] but when Saul acted on his own he took a step out of the collective psychology of his people and toward his own individuation. Without intending it, Saul had made an individual decision and reached out for individual consciousness”.

adverte sobre a fraqueza dos elos construídos por um coração piedoso e amoroso. Neste sentido, Skinner (1996, p. 156) acredita que Maquiavel se empenha em apresentar a crueldade (temor) como uma qualidade política mais eficaz. A eficiência da crueldade para Maquiavel é notória frente a natureza má e volúvel do homem, ainda que o príncipe não deva recorrer estritamente a violência para não suscitar o ódio, assim, ao citar César Bórgia na Romanha e o cartaginês Aníbal, o historiador florentino pondera sobre as vitórias e atitudes unificadores que somente a crueldade pode condicionar (Lucchese, 2015). Para Maquiavel, de acordo com Souza (2003, p. 22 e 23), um governo fraco em certas circunstâncias poderia ainda ser mais violento do que um governo forte, trazendo inúmeras desgraças para o povo. Por isso, se comprova a necessidade da crueldade.

Nesse contexto, examinaremos as características temíveis ou amáveis de Saul. Maquiavel (2010, p. 101) propõe que, “[...] um príncipe não deve preocupar-se com a má fama de cruel se quiser manter seus súditos unidos e fiéis”. Curiosamente, a vida política de Saul começa com uma afronta à sua autoridade real (10:27) “[...] E o desprezaram e não lhe homenagearam com presente algum”. Saul, todavia, permanece em silêncio e preza pela piedade, ainda que tenha autoridade suficiente para punir aqueles que zombaram dele (11:13). O caráter piedoso é observado também no episódio que aparentemente exigia a punição de seu filho (14:44–45) quando não aplica o castigo outrora juramentado, revelando uma particularidade genuína e magnânima (Sanford, 1985). Seu espírito benevolente, nesta cena, é expresso por White (2020, p. 277 e 278):

A cena final demonstra a piedade de Saul no contexto da batalha, algo necessário para a vitória israelita na guerra de Yahweh. Ele impõe um juramento de jejum ao exército, impede-os de pecar ao comerem a carne com sangue e está disposto a sacrificar seu amado filho, em conformidade com seu juramento. Somente a piedade de Saul é completa, em contraste com a piedade parcial tanto do exército quanto de Jônatas. O exército observa o jejum e luta bravamente, mas se lança sobre os despojos e negligencia o procedimento sacrificial adequado. Jônatas mata tanto o prefeito filisteu em Gibeá quanto os homens de um posto avançado filisteu por inspiração de Yahweh, mas, sem saber, quebra o juramento de Saul. Saul, por outro lado, corrige ou está preparado para corrigir as transgressões tanto do exército quanto de Jônatas, a qualquer custo para si mesmo.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Texto original: “The final scene demonstrates Saul's piety in the context of battle, which is necessary for Israelite victory in Yahweh's war. He imposes an oath of fasting on the army, stops them from sinning by eating the meat with the blood, and is prepared to sacrifice his beloved son in accordance with his oath. Only Saul's piety is complete, as opposed to the partial piety of both the

Dito isso, observando as atitudes de Saul, ele pode ser considerado um príncipe cruel ou clemente? Apesar do seu início piedoso, Saul ao longo da narrativa desenvolve características impiedosas, autoritárias e cruéis (Eichrodt, 2004). Na literatura maquiavélica, o conselho aos principados é de que a crueldade convém para a manutenção do poder (Skinner, 1996). Neste sentido, o governante deve empenhar-se em realizar atos cruéis uma única vez, para que não tenha que repeti-las e assim gerar o ódio entre o povo. Logo, as ações consideradas piedosas têm de ser efetuadas paulatinamente, de modo que o povo desfrute das graças do príncipe continuamente (Maquiavel, 2010, p. 107–108). É interessante notar que durante a narrativa de sua vida, Saul é retratado com um príncipe impulsivo e às vezes tirano<sup>17</sup>, porém ele não executa todas as crueldades de uma única vez<sup>18</sup>. Notadamente, devido a inconstância do monarca em executar as punições devidas, o processo crescente de fragilidade como representante tácito do Altíssimo, e da perda moral de autoridade diante do povo, o texto bíblico apresenta Saul como um personagem que está costumeiramente em posse de sua arma – uma lança na mão (18:10; 19:9; 22:6). Mas, desatinadamente a utiliza num desespero por mostrar algum tipo de força, contra Davi e Jônatas (em 18:11 atenta contra Davi; em 19:10 novamente; em 20:33 arremessa a lança contra seu filho). Em 1Sm 26:16, a arma encontra-se próxima à cabeça de Saul. O texto fornece indícios de que o monarca a mantinha ao seu alcance, mesmo durante o sono, o que demonstra um apreço significativo por sua lança e destaca um espírito de temor paradoxal em relação a esse símbolo de força.

---

army and Jonathan. The army observes the fast and fights bravely, but pounces on the spoil and neglects proper sacrificial procedure. Jonathan kills both the Philistine prefect at Gibeah and the men of a Philistine outpost through Yahweh's inspiration, but he unwittingly breaks Saul's oath. Saul, on the other hand, rectifies or is prepared to rectify both the army's and Jonathan's trespasses, at any cost to himself”.

<sup>17</sup>O empreendimento “oculto” do profeta (1Sm 16) em ungir outro rei (Davi), é consequência de uma percepção negativa sobre Saul, Waltek (2015, p. 718) acredita que, “O fato de Samuel temer ao rei mais que a Deus deixa implícito que Saul já desenvolveu uma administração cruel e arbitrária [...]”.

<sup>18</sup>Alguns exemplos onde Saul toma providências não crueltas: 1Sm 11:13; 14:39,44; 14:45; 15:9,20. O ciclo da queda de Saul é destacado nos capítulos 13 a 15, onde o rei demonstra características como inércia, imprudência e falta de confiança (Birch *et al.*, 2005)

Saul, no decorrer da narrativa, nutre um poderoso ciúme contra Davi, que o levou a uma perseguição doentia contra o jovem guerreiro (Birch, *et al.* 2005). Nestes estágios, Saul começa a demonstrar uma *virtú* descontrolada e assassina (Gunn, 1980). Mergulhado em motivos sombrios, Saul maliciosamente solicitou a Davi os prepúcios dos filisteus com a intenção de fazê-lo perecer (1Sm 18). Ele também ordenou a sangrenta execução dos inocentes habitantes e sacerdotes de Nobe, por não revelarem o paradeiro de Davi (1Sm 22). É neste cenário que Saul se enche de autopiedade e julga em seu próprio povo uma inimizade que devia ser castigada à altura (Waltek, 2015). Nessa percepção, Maquiavel (2010, p. 101) salienta a importância das ações deliberadamente cruéis para com os seus, “Portanto um príncipe não deve preocupar-se com a má fama de cruel se quiser manter seus súditos unidos e fiéis”. Diante do quadro de escancarada crueldade, o conselho político maquiavélico, parece surtir mesmo um certo “terror de submissão”, pois no relato bíblico a perversa sede de sangue de Saul, o torna “temido”, projetando nos zifeus aquiescência submissa, e, não desejando a mesma sentença mortal, optam por entregar a “cabeça” de Davi e desfrutar da graça do líder sanguinário (23:21; 26:1). Dessa maneira, a fim de prorrogar sua posição como príncipe de Israel, “[...] O governo de Saul usava a vigilância constante, sistema no qual cada cidadão policiava o outro e relatava ao rei quando alguém se opunha à sua liderança”, pondera Wiersbe (2006, p. 252).

Apesar da “aparente” assertiva atitude do monarca, tendo em vista a opinião política de Maquiavel, o príncipe deve tomar cuidado para não obter a fama de tirano de modo que não suscite o ódio vulcânico do povo. Não obstante, as ordens assassinas de Saul recaem negativamente sobre sua autoridade, sendo que seus próprios soldados recusam executar a ordem do monarca (1Sm 22:11-19)<sup>19</sup>. Waltek (2015, p. 726) cita que “Os oficiais de Saul, que pelo menos dessa vez temem a Deus mais que ao rei, recusam-se corajosamente a executar o veredicto

---

<sup>19</sup>Edelman (1991), supõe uma outra análise sobre esse texto, para ele, os servos apresentam maior fidelidade ao rei, ao preservarem a espada contra os sacerdotes, queriam que Saul não cometesse uma afronta à esfera do sagrado.

contra o sacerdote de EU SOU<sup>20</sup>, de modo que Saul determina a Doegue que faça o serviço sujo”. É significativo analisar que o maior inimigo de Saul, neste cenário, não se encontrava nas carruagens dos filisteus, nem no fugitivo Davi, mas, tinha o “rosto” de seu próprio ciúme, que por sua vez atuava como intensificador dos seus maiores medos (Gunn, 1980; Sanford, 1985) levando-o a tomar decisões que exigiriam um preço alto demais para pagar. Saul se mostrava um rei infiel ao bem-supremo da nação israelita – e, por isso, não conseguiu deter o fluir vazante de seu tão almejado *status de poder*. Suas ações, intrigantemente, não geraram o ódio<sup>21</sup> compulsivo de Davi (26:23–24), e nem de seu povo (31:11–13).

Enquanto as atividades de Saul seguem antagônicas à vontade do profeta, o autor resume o reinado do monarca como um período repleto de façanhas bélicas (14:48) “[...] Para onde quer que investisse o seu exército, saia vitorioso”. O propósito militar do benjamita é cumprido, o precoce epílogo enuncia as vitórias suscetíveis que irrompem sobre o reino de Israel. O texto bíblico continua (14:52) “Durante todos os anos em que Saul viveu, houve guerra encarniçada contra os filisteus [...]”, acentuando um aspecto fundamental para a preservação do principado: a arte da guerra<sup>22</sup>.

À vista disso, não seria irrisório indagar qual deve ser o posicionamento político que o príncipe deve possuir em tempos de paz e em tempos de guerras pelo prisma de Maquiavel. No capítulo XIV de *O Príncipe*, o pensador italiano declara: “Portanto um príncipe não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer atitude arbitrária, que não a guerra, com suas disposições e disciplinas” (Maquiavel, 2010, p. 94). Para o pensador florentino, mesmo em tempos de paz, o príncipe deve capacitar-se como comandante militar,

---

<sup>20</sup> Nomenclatura divina ligada a *YHWH*. A divindade que se apresenta a Moisés em Êxodo 3:14 usa a expressão “*Ehyeh asher Ehyeh*”, derivada do verbo *hayah* no aspecto imperfeito. Mais do que denotar apenas um ser eterno sem princípio nem fim, o imperfeito hebraico apresenta uma presença dinâmica e contínua na história.

<sup>21</sup> O ódio para Maquiavel, é o sentimento extremo que pode ser causador de revoltas e rebeliões contra o governo do príncipe, num sentido geral é o descontentamento junto ao desprezo da maioria do povo contra o príncipe. Nessa percepção, apesar das ações negativas de Saul como um regente, Davi (uma figura central entre os súditos do benjamita) não se revoltou contra a realeza de Saul, poupando-lhe a vida em oportunos momentos (1Sm 24:6; 26:10–12).

<sup>22</sup> Guerras não são evitadas, ressalta Maquiavel (2010), o príncipe deve utilizar esse meio político para salvaguarda do território e enfraquecimento dos inimigos.



dedicando-se exaustivamente à disciplina da guerra, como ressalta Freitas (2015, p. 72). Negligenciar o estudo da guerra, da organização militar e de não se valer de seu próprio exército (armas), é o primeiro passo para a ruína (Maquiavel, 2010). Alinhado a esse pensamento, sob a análise teológica, o reino de Israel indubitavelmente carecia desenvolver-se como nação, Israel necessitava construir um governo forte a ponto de resguardar seu território frente aos ataques estrangeiros e eliminar a imposição de restrição armamentícia outorgada pelos filisteus (13:19) (Carson, *et. al.*, 2009; Champlin, 2018).

Saul, portanto, tornou-se o agente protagonista na organização militar de Israel. Champlin (2018, p. 1602) o considera como “[...] um poderoso matador [...] os governantes eram guerreiros-matadores-reis”. Além disso, como um líder estrategista, acionou um exército profissional (1Sm 13:2) para acompanhá-lo em suas investidas. Em seu exército, o zelo pela igualdade é significativo, haja vista que tratou seu filho sem nenhum favorecimento (14:37–45), conforme avalia Sanford (1985, p. 44). Assim, pode-se deduzir que Saul demonstrou habilidades notórias como um valente guerreiro<sup>23</sup>, envolvendo-se continuamente em guerras – principalmente contra os filisteus – e mantendo a segurança externa de Israel (Tsumura, 2005, p. 386). Contudo, ainda que se reconheça sua natureza ambígua como rei-profeta, Saul parece não conseguir superar sua posição como líder carismático, pois não replica as conquistas inspiradas de seus primeiros anos (Alter, Kermode, 1990, p. 127–128).<sup>24</sup>

Numa perspectiva ainda política, até no lido com Davi, o rei israelita tentou agir prudentemente para manter-se no poder, porém essas atitudes têm o efeito contrário. Ao avaliar a história de poderosos reinos, Maquiavel (2010, p. 57) expõe um princípio geral, “[...] quem cria o poder de outrem se arruína, porque tal poder se origina da astúcia ou da força, e ambas são suspeitas a quem se tornou

---

<sup>23</sup>Vale ressaltar que Saul também assumiu posturas imaturas como guerreiro, Edelman (1991, p. 59–65) considera que a batalha de 1Sm 14 identifica a ausência da ação e a inapetência do líder israelita em se prontificar diante do povo para um combate iminente o monarca se detém em esperar a providência divina sentado sob uma árvore. Saul não é capaz de reconhecer o favorecimento do poder divino.

<sup>24</sup> Meir Sternberg (1985, p. 355–356) aponta que a qualificação de Saul como *tov* (bom) pode indicar tanto um homem de caráter ou de boa aparência, mantendo uma certa ambiguidade. Apesar disso, o drama de sua história, com todas as expectativas de ações alinhadas ao desejo do Senhor e do reinado, se desloca para um caminho contrário.

poderoso”. Voltando à narrativa, Saul é rápido ao limitar as ações de Davi e apresentá-lo como herói do seu exército diante da nação. Waltek (2015, p. 721) comenta que o fato de que “Saul o manteve consigo (18:2) é o primeiro passo que ele dá para suprimir Davi e aliená-lo dos demais.” Ao fazer isso, entretanto, permitiu o engrandecimento de Davi. Assim, não compactuando com a atenção que o jovem recebia, o príncipe benjamita decidiu segregá-lo para longe. No entanto, distanciá-lo de seus olhos não o privou de sua própria arma (o exército, na figura simbólica de Davi). Saul não considerou a possibilidade de aliança; se tivesse usado da astúcia, poderia ter fortalecido a aliança política e real por meio de Mical. De certa forma, Saul nega que a presença de Davi fortaleça o seu reinado (Ackerman, 2005, p. 175–176).

O ponto mais questionável da crueldade de Saul ocorre no deserto de Maom, 1Sm 23:26–28:

Saul ia de um lado do monte, e Davi e os seus homens, do outro. Davi se apressou em fugir para escapar de Saul, porém este e os seus homens cercaram Davi e os seus homens para os prender. Então veio um mensageiro a Saul, dizendo: — Venha depressa, porque os filisteus invadiram a terra. Por isso Saul desistiu de perseguir Davi e foi lutar contra os filisteus. Por esta razão, aquele lugar se chamou Sela-Hamalecote.

Saul, apesar de seu ardil sanguinário, não se esqueceu do propósito de resguardar o território israelita. No momento mais oportuno para eliminar Davi, voltou-se para defender Israel diante dos filisteus. Nesse relato, não há uma manifestação divina, ou até mesmo, uma ajuda externa que permita Davi se livrar do olhar malévolo de Saul. Todavia, há uma escolha deliberada do primeiro monarca de Israel, em liderar seu povo mais uma vez frente aos filisteus, ainda que faça suspender sua glória pessoal.

### **De como um príncipe deve honrar sua palavra**

[...] os príncipes que realizaram grandes feitos deram pouca importância à palavra empenhada e se souberam envolver com astúcia as mentes dos homens, superando por fim aqueles que se alicerçaram na sinceridade (Maquiavel, 2010, p. 104).

Somado a esta observação, de acordo com o pensador italiano, o príncipe deve agir com a astúcia de uma raposa para reconhecer as armadilhas e a força de um leão para aterrorizar os lobos. O príncipe deve dispor das duas naturezas humanas, a de homem e de animal, para que possa manter-se no poder. Ao agir com astúcia o governante poderá suprimir de forma prudente<sup>25</sup> quaisquer tentativas que irrompam contra sua autoridade. A palavra prometida, para Maquiavel, portanto de nada vale se não for capaz de atender as necessidades do príncipe (Maquiavel, 2010). A metáfora do leão e da raposa, segundo Cortina (2000, p. 159) pontua que, “[...] o conselho de Maquiavel consiste em fazer o príncipe perceber que, para poder derrotar o inimigo, necessita ser esperto no uso das leis e destemido no uso da força”. Quando as leis não são respeitadas, cabe à força subjugar qualquer ofensa.

A oscilante narrativa do primeiro monarca estimula o leitor a considerar Saul como um personagem egoísta. Wiersbe (2006, p. 222) observa que monarca tinha dificuldades em depender de Deus. Em vez de permitir que Deus assumisse o controle das situações, Saul tinha “mania de controlar tudo”, centralizando o poder em sua figura. Os estudiosos da Bíblia Hebraica, em sua maioria, descrevem Saul como um grande líder militar, mas débil espiritualmente consequentemente desobediente às ordenanças divinas, sendo este último fator responsável por seu fracasso político<sup>26</sup>. Entretanto, a narrativa do primeiro monarca de Israel é

---

<sup>25</sup>Karlfriedrich Herb (2013, p. 271) define a *prudencia* maquiavélica como “Prudente é aquilo que serve. A nova *prudencia* dissipa todos os escrúpulos morais. Em caso de dúvida, todos os meios são justos – sejam eles legítimos ou ilegítimos. O príncipe dispõe de ambos os meios, ele governa com astúcia e violência”.

<sup>26</sup>Para Edelman (1991) as especificações de 1Sm 12, conjecturam o povo e o rei como unidade, logo as ações de desobediência de um dos respectivos agentes resultaram num fracasso coletivo. Em outro sentido, Stern (2020), acredita que Saul é movido pela ganância quando desobedece a ordem divina em (1Sm 15), não há uma autêntica justificativa de piedade. Numa análise geral, Carson, *et al.* (2009, p. 472) sugere que a queda de Saul teve como motivo básica, a recusa em “[...] se submeter às instruções de Deus dada por intermédio do profeta Samuel. A mensagem é clara: Deus não iria abençoar um rei de Israel que se colocasse acima dos profetas que Deus havia estabelecido.” A rejeição de Saul inicia quando o ciclo da desobediência na narrativa se encerra: o povo rejeitou a Deus (1Sm 8:7), Saul rejeitou a palavra do Senhor, e o Senhor rejeitou a Saul como rei (15:23) (Birch, *et al.* 2005).

provocadora. O crítico literário Northrop Frye, argumenta que a narrativa de Saul intima o leitor a entender uma perspectiva trágica do primeiro rei de Israel:

Saul é o único grande herói trágico da Bíblia: não só fisicamente mais alto (1Sm 9.12), Saul é um governante capaz, e também um governante justo, segundo seus próprios critérios. Mas ele parece nunca acertar. Poupa a vida do seu inimigo, o Rei Agag, por honradez, apenas para ser informado de que, ao não matá-lo, está subtraindo do feroz deus de Samuel um sacrifício que lhe é devido, e que isso jamais será perdoado por uma deidade que “não é homem, para se arrepender” (1Sm 15.29). [...] A mim me parece que o narrador não só incorreu no erro, elementar embora muito comum, de identificar Deus com o Diabo, mas, por uma espécie de descuido inspirado, conseguiu também acrescentar o único elemento que torna a estória de Saul genuinamente trágica. Trata-se da sugestão de que há malícia na natureza divina, uma sugestão que talvez seja essencial a grande toda tragédia. Saul torna-se um homem condenado dali em diante, com surtos intermitentes de melancolia e de esforços frenéticos, porém fúteis, para livrar-se da ameaça imposta por Davi. Na cena da Bruxa de Endor, ele finalmente recorre aos poderes ocultos cuja consulta ele próprio proibira, e o desastre e a morte vêm em seguida (Frye, 2021 p. 262 e 263).

Levando em consideração a pontualidade romântica da narrativa bíblica, cabe especular Saul como um agente incompreendido que tentou amoldar-se a um tipo de modelo real. Dentre suas qualidades como estadista, Saul contou com a astúcia política. No jogo político, para Maquiavel, a astúcia pode se perfazer na condição da palavra prometida, contudo, a astúcia desmedida conceberá um vício<sup>27</sup>, uma fraqueza. Na narrativa de Saul, além do episódio com Jônatas (1Sm 14: 39–45), o monarca em 1Sm 19:6–10, não se detém em manter seu juramento, ele toma em consideração perpetuar-se no poder, logo atira sua lança contra Davi, razões que somente apresentou em (20:30,31; 22:8). E, embora Saul tenha justificado suas ações, para Maquiavel, não falta para o príncipe razões nobres para agir como lhe convém. Assim, o escritor italiano também acredita que é mais importante ao príncipe *aparentar ser* do que realmente *ser*, visto que dessa forma o príncipe nunca se encontrará em posições de desfavorecimento (Skinner, 1996).

Não distante, para Maquiavel (2010, p. 106), o príncipe que está disposto a persuadir o povo deve tomar cuidado com seu porte e com sua fala diante dos súditos, “[...] e que ele pareça, ao ser visto e ouvido, todo piedade, todo fé, todo

---

<sup>27</sup>Os vícios para o escritor italiano, são as qualidades negativas que não colaboram para com o sucesso do principado (Maquiavel, 2010, p. 98).

integridade, toda humanidade, toda religião – de resto, parece possuir esta última qualidade é o que há de mais necessário”. É interessante notar, entretanto, que após o capítulo 15, a ausência de ações pessoais do filho de Quis, concernentes a religiosidade e espiritualidade, indicam que Saul não se preocupa mais com a atmosfera do sagrado, dado que seu egocentrismo aflora (Sanford, 1985). Porventura, Saul é acometido pelo tormento dos espíritos malignos; nessa circunstância, segundo a perspectiva de Edelman (1991), o “espírito malévolos” atua como um agente obstrutor que impede o monarca de exercer suas funções reais em plenitude<sup>28</sup>. Em seguida, já no capítulo 16, inicia-se o relato da relação entre Saul e Davi, posteriormente, a relação se apresenta desigual e sanguinária, a perseguição implacável por Saul a Davi se estende até os capítulos finais do livro, enquanto isso, a figura de Samuel desaparece da narrativa silenciosamente, dando indícios da falta de continuidade do apoio religioso para com o reinado do benjamita (Edelman, 1991; Sanford, 1985).

Na narrativa de Saul, é possível notar que somente após o encontro de Samuel e as frequentes ‘oficializações’ da sua autoridade política diante de Israel, o benjamita começa a preocupar-se com as questões espirituais. Até então o jovem monarca não era nem capaz de reconhecer o profeta Samuel, habitante de Ramá, líder espiritual e juiz da nação. Assim, tal ignorância revela um desapego concernente aos ritos religiosos da cultura israelita, sugere Wiersbe (2006).

Ao longo da narrativa, Saul começa a prospectar a espiritualidade, ao menos, aparentemente. Em 1Sm 13:8-12<sup>29</sup> Saul oferece um holocausto com o propósito de motivar o exército; em 14:3 Saul posiciona Aías em seu exército com o intento de atrair a graça do divino. Ainda que Saul promova o zelo espiritual entre o povo, a verdadeira natureza de Saul é desprovida do sagrado. Esta ausência, é observada no último encontro de Samuel e Saul (15:25-35). É nessa fase da história que o narrador principia a discussão sobre eventual suicídio de Saul (1 Sm 28). Talvez esse ato tenha sido uma consequência direta de sua vida de contradição

---

<sup>28</sup> O pano de fundo que abrange esse momento da narrativa é a fase inicial da ascensão de Davi na história e o declínio de Saul. Assim o “espírito desagradável” que recai sobre Saul (1Sm 16:14), uma possível leitura, pode sinalizar um momento de depressão e pânico, que o impede de agir de maneira plena, mas que não é determinativa para as ações do rei (Birch, *et al.* 2005).

<sup>29</sup> Neste ponto da narrativa, segundo Alter (2013, p. 308) há uma fúria dramática do profeta Samuel; afinal, ele enxerga o sacrifício de Saul como uma tentativa de usurpação à sua posição e autoridade de culto sobre Israel.

à Palavra do Senhor. O profeta falava uma coisa, e Saul agia de outra. Ao se conformar com a expectativa do "espírito do profeta", uma prática repugnada pelo Senhor em Israel, ele indiretamente assentiu com o fracasso.

Após a recusa na execução de Aguage, sobretudo, negligenciando a destruição **הָרָם**, (punição divina) sobre os amalequitas<sup>30</sup> (Stern, 2020), o centro da preocupação de Saul é a sua reputação e aceitação diante da comunidade israelita e não de Deus, ele está "interessado em manter a imagem diante do povo", observa Wiersbe (2006, p. 240). Com esta ofensiva atitude, o rei israelita perpetra um princípio geral de autopreservação como estadista, porém aos olhos de *YHWH* o rei que foi "pedido" se torna desprezível e inapto para liderar a nação de Israel. Ainda que seus súditos não o tenham rechaçado, sua liderança seria provisória (Edelman, 1991).

Sobre a ótica política, Maquiavel (2010) considera que a melhor fortaleza para o príncipe se proteger de quaisquer ameaças é o afeto do seu próprio povo. No reinado de Saul, a ganância pela permanência do poder não permitiu que o líder israelita se adaptasse às circunstâncias, ora a favor e ora contra as ações do povo. De modo que sua força não foi o suficiente para afugentar os ataques estrangeiros (ameaça filisteia), tão pouco, conter a ascensão de Davi e o descontentamento da nação. E ainda, no que diz respeito à astúcia de Saul, foi sobremaneira aviltada pelo medo e pela autopiedade que cegaram aos olhos do rei, escolhas sábias, virtuosas e prudentes. Impedindo a construção de uma fortaleza intransponível.

## Considerações finais

Seria Saul "o homem errado na hora errada", devido às feições particulares de *YHWH*, como questiona Brueggemann (1997, p. 368)? Nos capítulos finais de *O Príncipe*, "*Em que medida a fortuna controla as coisas humanas e como pode se resistir a ela*" e "*Exortação a tomar a Itália e a libertá-la dos bárbaros*", Maquiavel afirma que cabe a Deus e à *fortuna*, governar metade das ações humanas, enquanto a outra metade cabe a nós. Segundo o autor, "Deus não quer fazer todas as coisas, para não nos tolher o livre-arbítrio e a parte daquela glória que nos cabe"

---

<sup>30</sup> Em oposição aos amalequitas, em que pese a interpretação de David Tsumura (2006, p. 383-387), Saul agiu com valentia tendo derrotado os "saqueadores arquétipos" de Israel. Todavia a desobediência do monarca lhe conferiu o título de o "rei rejeitado".

(Maquiavel, 2020, p. 136). Nesse entendimento, a literatura maquiavélica, assim como a Bíblia Hebraica, conserva a autonomia humana inserida num ambiente de tensão política. A leitura retrospectiva proposta neste estudo sinalizou que os conselhos políticos de Maquiavel constroem um diálogo profícuo quando utilizados para interrogar as virtudes e falhas de Saul.

Sobre a primeira característica principesca, a parcimônia ou a liberalidade, vale destacar o particular episódio dos amalequitas. As atitudes liberais do líder israelita suscitam a ideia de que Saul deixa de impor sua própria força, para ser condizente com as demandas do povo. Ao assumir tal protagonismo, o monarca não executou a sentença divina num sentido político, ele não prezou pela segurança e bem-estar da nação israelita aos olhos de *YHWH*.

A segunda virtude, em outras palavras, consiste na gestão de reputação do príncipe, especificamente no dilema entre ser temido ou ser amado. A princípio Saul aparenta ter um caráter piedoso, mas devido ao crescente ciúme sobre Davi, ao longo da narrativa, sua natureza gentil é maculada pela torpeza do poder. Com o intento de manter os súditos unidos em seu governo, não hesita em assassinar os sacerdotes e habitantes de Nobe. Assim, por essa e outras fatídicas atitudes, parte dos seu povo começa a temê-lo. Saul, ainda, aumenta a distância entre seu exército e o valente Davi (e seus seguidores); apesar de Saul ser um comandante militar capaz e vitorioso, em seu último confronto (1Sm 31) o exército israelita não está mais unido. Saul enfrenta o gigante filisteu, dessa vez, sem o auxílio do “ungido do Senhor” Davi. A força de Saul, isolada, não é o suficiente para afugentar os lobos.

A terceira virtude principesca, de como o príncipe deve honrar sua palavra, está intimamente ligada às circunstâncias favoráveis ou não ao principado. Saul, um herói ambíguo e não idealizado (Gunn, 1980) agiu da forma que lhe convinha para manter sua posição como rei. Saul, um astucioso rei que não conteve em proferir palavras juradas e ao mesmo tempo “quebrá-las”. Deste modo, a benevolência diante de Jônatas, seu filho, ou a crueldade diante de Davi, são antes palavras e promessas rescindidas. Tentou, durante sua vida, refrear a *fortuna* por meio de uma boa – às vezes má – *virtú*.

Ao analisarmos a vida de Saul, em comparação com as virtudes principescas, percebemos que o príncipe benjamita, em seu livre-arbítrio, contou, em certa medida, com a flexibilidade de sua *virtú* para almejar seus objetivos como



estadista. Durante o seu reinado houve guerra desenfreada contra ameaças estrangeiras, Saul, como um bom líder militar saiu vitorioso para onde investia. Contudo, as ameaças internas (seus pensamentos) intensificaram a possibilidade da perda do seu principado. Embora, fosse ele tímido e aparentemente sensível à atenção de *YHWH* nos estágios iniciais de seu governo, Saul nutriu consigo um sentimento ameaçador de autopiedade, logo, seu ego ascendeu sobre sua realeza e personalidade. Portanto, podemos considerar que, num processo somatório de indicativos, a queda de Saul – político e pessoal – é o resultado dos seus fracassos como príncipe maquiavélico. Por vezes, ele se posiciona favorável às condições humanas, mas se distancia da autoridade divina, a qual é responsável pela permanência dos reis na literatura bíblica.

## Referências

ACKERMAN, S. **When Heroes love: the ambiguity of eros in the stories of Gilgamesh and David**. New York: Columbia University Press, 2005.

ALTER, R. **A arte da narrativa bíblica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALTER, R. **Ancient Israel: the Former Prophets: Joshua, Judges, Samuel and Kings: a translation with commentary**. New York: W. W. Norton & Company, 2013.

ALTER, R; KERMODE, F. **The Literary Guide to the Bible**. Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

ANDRADE, D. A. O Tirano e o Político em Maquiavel. **Revista Vernáculo**, vol.11, n. 26, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20852>. Acesso em 15 fev. 2026.

BIRCH, B. C. et al. **A Theological Introduction to the Old Testament**. Nashville: Abingdon Press, 2005.

BRUEGGEMANN, W. **Theology of the Old Testament: Testimony, Dispute, Advocacy**. Minneapolis: Fortress Press. 1997.

BRUEGGEMANN, W. **An Introduction to the Old Testament: the canon and Christian imagination**. Louisville: Westminster John Knox Press, 2012.

CARSON, D. A. et al. **Comentário Bíblico: Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

CHAMPLIN, R. N. **Novo dicionário bíblico Champlin**. São Paulo: Hagnos, 2018. p. 1602-1603.

CORTINA, A. **O príncipe de Maquiavel e seus leitores**: uma investigação sobre o processo de leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CROCE, Benedetto. **Estética como ciência da expressão e linguística geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CZOVEK, T. "Three Charismatic Leaders: Part One: Saul." **Transformation**, vol. 19, n. 3, 2002: 169–82. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43052544>. Acesso em 15 fev. 2026.

EDELMAN, D. V. **King Saul in the historiography of Judah**. Sheffield, England: Sheffield Academic Press, 1991.

EICHRODT, W. **Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2004. p. 390-407.

FICHTE, J. G. **Pensamento Político de Maquiavel**. São Paulo: Hedra, 2012.

FREITAS, W. J. C. **Os instrumentos para a preservação do poder e do estado em Maquiavel**. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: [https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3900/William%20de%20Jesus%20Costa%20Freitas\\_.pdf?sequence=1](https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3900/William%20de%20Jesus%20Costa%20Freitas_.pdf?sequence=1). Acesso em 15 fev. 2026

FRYE, N. **O Grande Código**: a Bíblia e a literatura. Campinas: Editora Sétimo Selo, 2021.

GOTTWALD, N. K. **Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica**. São Paulo: Paulinas, 1988

GUNN, D. M. **The Fate of King Saul**: An interpretation of a biblical story. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1980.

HERB, K. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, 2013, p. 267-284. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000100008>. Acesso em 15 fev. 2026.

JASPER, D. **The Study of Literature and Religion**: na introduction. London: Palgrave Macmillan, 1992.

LARIVAILLE, P. **A Itália no tempo de Maquiavel**: Florença e Roma. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LUCCHESI, F. D. **The Political Philosophy of Niccolò Machiavelli**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.

MANZATTO, A. Teologia e Literatura: Bases para um diálogo. **Interações**, vol. 11, n. 19, 2016, p. 8-18. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2016v11n19p8>. Acesso em 15 fev. 2026.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

SANFORD, J. A. **King Saul, the Tragic Hero: A Study in Individuation**. New York: Paulist Press, 1985.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, N. B. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

STERN, P. D. The Biblical Herem: A Window in Israel's Religious Experience. **Brown Judaic Studies**, 2020, p. 165–188. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvzpv53h>. Acesso em 15 fev. 2026.

STERNBERG, M. **The Poetics of Biblical Narrative: Ideological Literature and The Drama of reading**. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

TSUMURA, D. T. **The First Book of Samuel**. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2006.

WALTEK, B. K. **Teologia do Antigo Testamento: uma abordagem exegética, canônica e temática**. São Paulo: Vida Nova, 2015

WHITE, M. "The History of Saul's Rise': Saulide State Propaganda in 1 Samuel 1–14." In Saul M. Olyan and Robert C. Culley. *A Wise and Discerning Mind: Essays in Honor of Burke O. Long*. **Brown Judaic Studies**, 2020, p. 271–292. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvzgb93t.25>. Acesso em 15 fev. 2026.

WIERSBE, W. W. **Comentário Bíblico Expositivo: Antigo Testamento**. Santo André: Geográfica Editora, 2006.

**Data de submissão: 02/03/2026**

**Data de aceite: 30/04/2026**